

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS TIO HUGO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÃO PÚBLICA EM SAÚDE**

Carmem Layana Jadischke Bandeira

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE VIVEM EM CONTEXTO RURAL:
condições socioeconômicas e dinâmicas familiares**

Orientadora: Prof.^a. Dra. Marta Cocco da Costa

Tio Hugo,RS

2022

Carmem Layana Jadischke Bandeira

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE VIVEM EM CONTEXTO RURAL:
condições socioeconômicas e dinâmicas familiares**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organização Pública em Saúde, como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde**.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Marta Cocco da Costa

Tio Hugo, RS

2022

Carmem Layana Jadischke Bandeira

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE VIVEM EM CONTEXTO RURAL:
condições socioeconômicas e dinâmicas familiares**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organização Pública em Saúde, como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde.**


Aprovada em 10 de Agosto de 2022.



Profa. Enfa. Dra. Marta Cocco da Costa, Doutora (UFSM) (Presidente/Orientador)



Profa. Enfa. Dra Jaqueline Arboit (UFSM) (Examinador)



Profa. Enfa. Dra Ethel Bastos da Silva (UFSM) (Examinador)

Tio Hugo, RS

2022

RESUMO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO PÚBLICA EM SAÚDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE VIVEM EM CONTEXTO RURAL: condições socioeconômicas e dinâmicas familiares

Autora: Carmem Layana Jadischke Bandeira

Orientadora: Marta Cocco da Costa

Data e local da defesa: 10/08/2022; Tio Hugo-RS

Ao analisar a pessoa com deficiência (PCD) residente em contexto rural, ressaltam-se as disparidades em saúde existentes no país, que como um todo e ainda expressam as dificuldades de acesso geográfico e também o resultado das desigualdades nas opções e recursos assistenciais. Essas questões, em conjunto, corroboram para que as PCD e suas famílias vivenciem dificuldades e necessitem de olhares que considerem suas especificidades e limitações e proporcionem melhoras das condições de vida em curso. O objetivo deste estudo foi conhecer as condições socioeconômicas e as dinâmicas de famílias de pessoas com deficiência que residem em área rural. Esse estudo é caracterizado como descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, sendo desenvolvido em quatro municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul, pertencentes a 15ª e 19ª Coordenadoria Regional de Saúde que apresentaram população rural maior que a urbana, com mais de 70% da população rural. Os participantes da pesquisa foram 12 familiares de pessoas com deficiência que residem em contexto rural nos municípios em estudo, sendo oito mulheres e 4 homens. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada com questões abertas relacionadas à problemática. Para a organização e análise optou-se pela análise temática. Dentre os aspectos éticos, este projeto segue a legislação que aborda a pesquisa com seres humanos, expressa por meio da Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012. Por meio da análise dos dados foi possível construir duas categorias. A primeira versa sobre “Condições Socioeconômicas de famílias de pessoas com deficiência residentes em área rural” a qual revela são deficitárias, sendo que o Benefício de Prestação Continuada não é recebido por todas as PCD, assumindo a agricultura papel principal na renda e sobrevivência dessas famílias. A segunda, “Dinâmicas das famílias de pessoas com deficiência residentes em área rural”, aborda que as famílias vivenciam dificuldades quanto a organização familiar no que diz respeito a renda e atendimento nas necessidades básicas, as quais reduzem a qualidade de vida da PCD e sua família. Com base nos resultados, busca-se proferir visibilidade às PCD que vivem no rural e a sua família, haja visto as dificuldades vivenciadas por essa população para enfrentamento das situações que andam junto do cotidiano de vida em áreas rurais.

Descritores: Saúde da População Rural; Família; Pessoa com Deficiência; Enfermagem.

ABSTRACT

COMPLETION OF COURSE WORK
GRADUATE GRADUATION IN PUBLIC HEALTH ORGANIZATION MANAGEMENT
FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

PEOPLE WITH DISABILITIES LIVING IN RURAL CONTEXT: socioeconomic conditions and family dynamics

Author: Carmem Layana Jadischke Bandeira

Advisor: Marta Cocco da Costa

Date and place of defense: 10/08/2022; Tio Hugo-RS

When analyzing people with disabilities (PWD) residing in a rural context, the existing health disparities in the country are highlighted, which as a whole and still express the difficulties of geographical access and also the result of inequalities in care options and resources. These issues, taken together, corroborate for the PWD and their families to experience difficulties and need perspectives that consider their specificities and limitations and provide improvements in their ongoing living conditions. The objective of this study was to understand the socioeconomic conditions and dynamics of families of people with disabilities who live in rural areas. This study is characterized as a descriptive-exploratory qualitative approach, being carried out in four municipalities in the northwest region of Rio Grande do Sul, belonging to the 15th and 19th Regional Health Coordination, which had a rural population greater than the urban population, with more than 70% of the population. rural population. The research participants were 12 relatives of people with disabilities residing in a rural context in the municipalities under study, eight women and 4 men. Data collection took place through semi-structured interviews with open questions related to the problem. For organization and analysis, thematic analysis was chosen. Among the ethical aspects, this project follows the legislation that addresses research with human beings, expressed through Resolution no. 466, of December 12, 2012. Through data analysis, it was possible to build two categories. The first one deals with "Socioeconomic Conditions of families of people with disabilities living in rural areas", which reveals that they are deficient, and the Continuous Cash Benefit is not received by all PWDs, with agriculture assuming the main role in the income and survival of these families. The second, "Dynamics of families of people with disabilities living in rural areas", addresses that families experience difficulties in terms of family organization with regard to income and meeting basic needs, which reduce the quality of life of PWD and their family. Based on the results, we seek to give visibility to PWD who live in rural areas and their family, given the difficulties experienced by this population to face the situations that go along with the daily life in rural areas.

Keywords: Rural Population Health; Family; Person with Disabilities; Nursing.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
2	MÉTODO	8
3	RESULTADOS	11
4	DISCUSSÃO	14
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16
	APÊNDICES E ANEXOS	19
	APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	19
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ..	21
	ANEXO A- PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	23

1 INTRODUÇÃO

Este estudo surge de discussões acadêmicas referente à violência vivida pelas pessoas com deficiência residentes em cenário rural. Constitui-se parte do projeto matricial de pesquisa intitulado: “Determinantes Sociais de Saúde em Pessoas com Deficiência, Famílias e Rede de Apoio no Cenário Rural: múltiplas vulnerabilidades”, financiado pelo CNPq, chamada FAPERGS/MS/CNPQ/SESRS n. 03/2017- Programa pesquisa para o sus: gestão compartilhada em saúde PPSUS – 2017.

Pessoas com deficiência representam 15% da população mundial segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). No Brasil 45 milhões de pessoas possuem alguma deficiência, destas 7,1 milhões residem em áreas rurais (IBGE, 2010). O conceito de deficiência vem sendo modificado ao longo dos anos, perpassando sua compreensão e causalidade da desigualdade do corpo para as estruturas sociais (MALTA et al., 2016).

Ao analisar a pessoa com deficiência residente em contexto rural, ressaltam-se as disparidades em saúde existentes no país, que como um todo e ainda expressam as dificuldades de acesso geográfico e também o resultado das desigualdades nas opções e recursos assistenciais. Nesse contexto está presente a vulnerabilidade social devido baixo nível de escolaridade, pobreza e carência de políticas sociais básicas, estando associado a menores oportunidades, falta de transporte público acessível e a dificuldades de acesso a serviços de saúde (URSINE; PEREIRA; CARNEIRO, 2018; BORTOLOTTI; MOLA; RODRIGUES, 2018).

No entanto, apesar dos avanços com a ampliação do acesso aos cuidados, estes ainda se mostram insuficientes para suprir as dificuldades de acesso a serviços de saúde resolutivos, principalmente para as pessoas com deficiência, as quais apresentam situações de saúde complexas (OLIVEIRA et al., 2020).

Assim, a efetivação dos recursos não depende unicamente de comprometimento individual ou familiar, mas principalmente das relações de auxílio que se fundam em conjunto com a atuação das instituições (MAPELLI et al., 2020).

Volta-se o olhar também às famílias, figuras importantes do cuidado, os quais mobilizam todos os recursos disponíveis para enfrentar a pobreza e as demais dificuldades. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a produção primária são

utilizados para suprir as necessidades básicas no rural, mas muitas vezes acabam sendo insuficientes, o que agrava a situação (TONINI, 2017).

No que se refere ao atendimento das necessidades básica, foi promulgado pelo Congresso Nacional a Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual garante o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que não tenha condições de prover manutenção de sua vida, nem de ser provida por sua família (BRASIL, 1993).

É, pois, nem todas as PCD que vivem no rural possuem esse benefício, seja por desenquadramento pela renda ou falta de informação (LENZ et al., 2020). Essas questões, em conjunto, corroboram para que as PCD e suas famílias vivenciem dificuldades e necessitem de olhares que considerem suas especificidades e limitações e proporcionem melhoras das condições de vida em curso. Dessa forma, esse estudo poderá contribuir para visibilidade e efetivação de políticas públicas à essas pessoas.

Tendo em vista a complexidade no que diz respeito as famílias de PCD que vivem no rural, esta pesquisa tem como pretensão responder a seguinte questão norteadora: quais as condições socioeconômicas e as dinâmicas das famílias de pessoas com deficiência residentes em área rural?

Para tal, o objetivo deste estudo foi conhecer as condições socioeconômicas e as dinâmicas de famílias de pessoas com deficiência que residem em área rural.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório desenvolvido por meio de abordagem qualitativa. Para Minayo (2014), o método qualitativo se aplica no estudo da história, das relações, das representações, crenças, percepções e opiniões, resultantes da visão e interpretações que os humanos fazem de si mesmos, de suas formas de viver e de construir seus artefatos, além de seus sentimentos e pensamentos.

A pesquisa exploratória proporciona uma visão geral aproximada acerca de determinado fato. Se aproximando das pesquisas exploratórias, as pesquisas descritivas têm como finalidade descrever as características de determinada população (GIL, 2008).

Esse estudo foi desenvolvido tendo como base geográfica alguns municípios da região norte/noroeste do estado do Rio Grande do Sul pertencentes à 15ª e a 19ª Coordenadorias Regionais de Saúde e que integram o projeto matricial. A escolha dos municípios justifica-se por apresentarem mais de 70% de sua população residindo em área rural, perfazendo quatro municípios, dentre eles: São Pedro das Missões, Lajeado do Bugre, Gramado dos Loureiros e Liberato Salzano.

Os municípios apresentam suas economias fundamentadas no meio rural, através da agricultura familiar e por alguns proprietários de grandes extensões territoriais (COSTA, 2017).

Os participantes da pesquisa foram 12 familiares de pessoas com deficiência que residem em contexto rural nos municípios em estudo, sendo oito mulheres e 4 homens. Responderam a entrevista familiares de PCD que estavam em casa no momento da coleta de dados. Utilizou-se os seguintes critérios de inclusão: ser maior de idade, residir junto à pessoa com deficiência, ter nível de parentesco e ter condições cognitivas para responder a entrevista. Empregou-se como critério de exclusão estar ausente na residência no dia da coleta.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada (APENDICE A) com questões abertas relacionadas à problemática. Segundo Minayo (2014), a entrevista semiestruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador, assegurando aos investigadores que suas hipóteses serão cobertas na conversa.

As famílias que compõe o estudo, foram selecionadas inicialmente pela realização do questionário quantitativo aplicado no projeto matricial, uma vez que este abordou questões relacionadas a violência e ao viver das PCD no rural, o que pode indicar a renda das famílias de PCD que vivem no rural.

Antes da realização das entrevistas foi conversado com o Enfermeiro (a) responsável técnico de cada município de estudo com o intuito de apresentar o projeto, bem como analisar a possibilidade de realização do mesmo. as entrevistas foram agendadas previamente através do ACS da área descrita em que o familiar residia. Estas ocorreram no domicílio das famílias e tiveram duração de aproximadamente 40 minutos.

Na entrevista foram realizados questionamentos como: "A renda da família é proveniente de quais atividades?"; "A renda é satisfatória, suficiente para suprir todas

as necessidades da família?"; Como a família se organiza em termos financeiros para dar conta das necessidades de todos os membros da família?".

O registro das entrevistas ocorreu por meio da gravação em MP3 a partir do consentimento dos participantes e após transcritas na íntegra. Os dados foram coletados no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019.

Quanto ao número de participantes, utilizou-se como critério na pesquisa a saturação teórica de dados (MINAYO, 2017). Para análise dos dados, optou-se pela Análise Temática, proposta por Minayo (2014). Segundo ela, a análise temática é o termo mais conhecido para representar o tratamento dos dados em uma pesquisa qualitativa, podendo ser definida como "Técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos [...]", a qual compreende três etapas: a Pré-Análise, Exploração do Material, e Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação (MINAYO, 2014).

Este estudo segue a legislação que aborda a pesquisa com seres humanos, expressa por meio da Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Este projeto já tem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, (CEP) sobre o parecer número 2.208.566 (ANEXO A).

Com o objetivo de atender os aspectos éticos, a identidade e privacidade das pessoas com deficiência e seus familiares foram respeitadas, assegurando e esclarecendo aos mesmos que os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para fins científicos, sendo seu anonimato preservado.

As entrevistas foram realizadas após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APENDICE B), por todos os participantes do estudo, as quais foram gravadas e inutilizadas após transcritas. O Termo de Consentimento foi redigido em duas vias, conforme as normas expressas na resolução, permanecendo uma delas com o participante da pesquisa.

Os materiais oriundos da coleta foram arquivados e serão armazenados por cinco anos no Departamento de Ciências da Saúde da UFSM, campus de Palmeira das Missões, sob responsabilidade da coordenadora da pesquisa e após este período serão destruídos.

3 RESULTADOS

Os participantes desta pesquisa apresentam como idade média 49 anos, sendo que oito são do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Em relação ao vínculo com a pessoa com deficiência, quatro são pais, quatro cônjuges, dois sobrinhos(as), um filho(a) e um irmão(a). Quanto a raça, oito se autodeclaram brancos, três pardos e um italiano. Destes, sete são casados, três estão em união estável e dois são viúvos. Em relação à escolaridade, oito apresentam 1º grau incompleto, dois 1º grau completo, um 2º grau incompleto e um 2º grau completo. Quando questionado quantas pessoas da família possuíam alguma deficiência, oito responderam ter somente uma pessoa e quatro participantes duas pessoas com deficiência na família.

Condições socioeconômicas de famílias de pessoas com deficiência residentes em área rural

A primeira categoria refere-se às condições socioeconômicas das famílias de pessoas com deficiência residentes em área rural. Alguns participantes relatam que a renda para sobrevivência é proveniente das aposentadorias dos familiares das PCD, na qual muitas famílias, não possuem outra forma de subsistência. Esse achado, remete às disparidades existentes no rural e na falta de conhecimento quanto aos recursos disponíveis para as PCD.

Só as aposentadorias. Aposentadoria dele e a minha. (P1)
Nós somos aposentados, eu e meu marido. (P12)
[...] da aposentadoria, eu sou aposentada e ele também. (P11)
[...] eu to aposentado com um salário mínimo. (P5)

Corroborando com o achado, o BPC é citado como forma de renda para poucos participantes, sendo que dos 12 participantes, apenas três relatam que seu familiar o recebe. Além disso, um dos participantes cita o BPC como um auxílio, não o reconhecendo como benefício. Isso revela conhecimento insuficiente acerca dos direitos garantidos em meio à legislação nacional no que diz respeito à PCD que vive em contexto rural e destaca as falhas inerentes aos processos equitativos no sistema.

[...] ela recebe o BPC. (P2)
Vem só da pensão deles, que é o BPC. (P3)
[...] ela recebe um auxílio, o BPC. (P9)

No rural, o que se destaca para sobrevivência e alimentação das famílias é a agricultura, o plantio de terras, o gado leiteiro, a produção de fumo e a produção de alimentos. A agricultura é citada na grande maioria dos participantes como principal renda da família, sendo a responsável pela permanência de muitos em áreas rurais.

Vem aqui do soja, da agricultura. (P4)
[...] nós criamos uns porquinho, vendemos, eu planto tenho 2 hectare de milho... a renda é isso, não tem muita (P5)
[...] nós temo as vaca de leite, mas hoje não é fácil né. (P6)
Da agricultura. Nós temos ordenhadeira, temo vaca... (P8)
[...] é das coisinha que a gente planta na lavoura. (P9)
[...] fumo, milho e soja, da agricultura. (P10).
[...] da lavoura, das laranja. (P11)

No entanto, a renda das famílias em áreas rurais, na maioria das vezes é um recurso escasso diante das tamanhas necessidades que as PCD possuem, sendo O BPC insuficiente para atender às PCD. Nas falas, os participantes destacam as dificuldades presentes no cotidiano de vida no que diz respeito à renda em áreas rurais, revelando carências para o desenvolvimento da PCD.

[...] tira daqui e coloca ali.... despesa de carro, pagamento de luz, de água, tudo, mercado. (P2)
[...] falta as vezes né, porque a gente também não é fácil, a gente também na colônia planta pra comer mandioca, feijão. (P3)
[...] só com o benefício dela não chegava, faltava. (P4)
[...] a renda é pouca. Tem que levar bem controladinho. (P5)
[...] a gente tá sempre com o rabo preso como diz o outro, a gente não consegue dá a volta mais. (P6).
A renda é pouca, mas aqui eles comem melão, abóbora, moranga, carne dos porco, vai indo né. (P8)
Não, que nem eu gasto bastante com remédio pra ela, não dá nem pros meus remédios eu gasto 1000 e pouco em remédio por mês, é controlado né, que nem tu vê, minha casa tá praticamente os cepo tudo podre e os cupim comendo tudo parede e soalho. (P9)
[...] dá pra ir levando, quando se falta de um jeito a gente da de outro, a gente tira da lavoura também... (P11)
A gente vive né, vive como dá. (P12)

Observa-se que as condições socioeconômicas das famílias de pessoas com deficiência residentes em área rural são deficitárias, sendo que o BPC não é recebido por todas as PCD, assumindo a agricultura papel principal na renda e sobrevivência dessas famílias.

Dinâmicas das famílias de pessoas com deficiência residentes em área rural

A segunda categoria versa sobre a dinâmica das famílias das pessoas com deficiência em áreas rurais, quanto a organização para suprir as necessidades

familiares e da PCD. Os familiares precisam controlar os gastos e fazer economias para atendimento dos cuidados básicos.

Ah, controlando né? Nada de abusos. (P1)

Economiza aqui, pra sobrar pra outra coisa, o que não dá pra sobrar fica sem aquilo ali fazer né, vai dando o mais principal, é remédio, é a comida, manutenção do carro, que é em primeiro lugar, pagar o principal, depois o que faltar falta, fica sem fazer muitas coisas né. (P2)

Ah mas a gente controla né? A gente sempre controla, porque um pouco sempre a gente tem que ter, se ficam doente, precisam de alguma coisa né? Tem que controlar o dinheiro e não pode comprar coisa que não vai ocupar no caso, comprar o necessário. (P3)

[...] tem que fazer as contas conforme a necessidade, não dá pra fazer muita conta. (P5)

Vai tentando, compra o que dá, o que não dá vai deixando de lado e assim a gente vai fazendo. (P9)

Para obtenção de suprimentos como alimentos, vestuário e medicação, os familiares relatam que se ajudam entre eles próprios e vizinhos quando necessário. Realização de empréstimos bancários também auxiliam nessa premissa. Isso reforça a fortaleza e importância do vínculo entre vizinhos, familiares e amigos em áreas rurais nas dinâmicas de sobrevivência.

[...] se não consegue a gente tenta fazer o que a gente pode, ou financia alguma coisa ou pega emprestado e vai tocando o barco. (P6)

Um vai ajudando o outro, daí é. (P7)

O pai é mais pra adquirir as coisas né pai? Pra eles, pra tia tem que comprar uma roupa, remédio, calçado e alimento também que a mulher disse que é pra comprar, é assim que é dividido o dinheiro. (P7)

Ah, um faz uma função, outro faz outra função, quando um termina o outro ajuda o outro, é assim. (P8)

Assim ó, nós trabalhamos em família... (P11)

[...] a gente divide as despesas e vai indo, a gente se precisa comprar uma coisa eu se tenho dinheiro em casa eu pego, a gente compra queijo, carne, compra leite, ovos, rancho, remédio, mas daí o que a gente tem é pra toda família. (P12)

No entanto, as dinâmicas dos familiares impedem maior investimento nas estruturas de trabalho, bem como no tempo dedicado a agricultura, pois parte deste são destinados aos cuidados com as PCD em ambientes terapêuticos. Alguns participantes relatam que a deficiência do familiar obstaculiza a dinâmica enquanto crescimento e realização profissional, a condição parece atrapalhar a organização do núcleo familiar.

[...] quero fazer um galpão com as instalação tudo de ferro, antes da mãe ter sofrido o acidente já era pra ter feito, mas daí não deu mais certo, atrapalhou tudo (P8).

ficamos várias vezes no hospital com ela, necessidade a gente não passa.... (P11)

[...] aconteceu de ela ter essa filha (COM DEFICIÊNCIA), aconteceu né. (P12)

Nessa perspectiva, observa-se que as famílias vivenciam dificuldades quanto a organização familiar no que diz respeito a renda e atendimento nas necessidades básicas, as quais reduzem os níveis de qualidade de vida da PCD e sua família.

4 DISCUSSÃO

Quanto as condições socioeconômicas das famílias de PCD em áreas rurais, alguns participantes recebem aposentadoria no valor de um salário mínimo e trabalham na agricultura, sendo essas as principais atividades econômicas. É preciso compreender, que historicamente, o espaço rural é tido como sinônimo de agricultura ou produção primária, caracterizado por uma área de privações e de escassez de recursos (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019), o que vai ao encontro das falas dos participantes.

Estudo realizado por Soares e colaboradores (2015), versa que em municípios rurais, os indivíduos possuem menores rendas, predominando a renda no valor um salário mínimo. Contribuem para isso, a baixa escolaridade nas pessoas que vivem em áreas rurais, pela ausência de escolas rurais e a distância das residências das escolas existentes, juntamente com a ausência de transporte público, fatores que contribuem para a baixa escolaridade da população rural. Essa baixa escolaridade representa, ainda, um entrave ao alcance de melhores rendas (LIMA; OLIVEIRA, 2014).

A maior parte das famílias de PCD que residem no rural, possuem como ocupação o trabalho na agricultura, prevalecendo os que realizam o trabalho rural há mais de 10 anos. Conforme corroborado pelas narrativas dos participantes, mesmo após a aposentadoria, as famílias continuam com o trabalho no rural, como forma de complementar a renda ou mesmo devido ao próprio hábito enraizado e prazer com o trabalho (PETERS et al., 2019).

Estudo realizado por Tonini (2017), evidenciou que com base na fonte de renda das famílias de PCD que vivem no rural, os recursos naturais são de grande importância, em especial a terra que é o bem mais utilizado, como forma de subsistência plantam milho, feijão, soja e trigo. Os familiares da PCD em áreas rurais, são os principais responsáveis pelos cuidados das PCD e muitas vezes abandonam suas vidas em função do cuidar do familiar com deficiência. Com isso vivenciam situações de estresse e dificuldades econômicas (BRASIL, 2011).

Ressalta-se as trajetórias de instabilidade econômica, migrações constantes e condições de vida precárias. Essas situações carregam limitações às alternativas de vida e perspectivas de futuro, vulnerabilizando as PCD em diversas dimensões (LOPES, 2015).

Como evidenciado nesse estudo, os principais ativos financeiros acessados são a renda proveniente do trabalho – principalmente na lavoura – e o BPC. Aqueles que recebem o BPC utilizam o valor para suas necessidades básicas, como saúde e alimentação, mas a possibilidade de recursos financeiros se restringe ao apoio da família (TONINI, 2017).

Ainda sobre o BPC, é importante reforçar que se trata de um benefício determinante na garantia da proteção social das pessoas com deficiência, tanto na composição dos rendimentos, quanto para proteger as pessoas com deficiência e suas famílias (TONINI, 2017). Para Tonini (2017), no rural, muitos das PCD não recebem o BPC. Isso deve-se ao desenquadramento pela renda ou pela falta de informação, que é deficitária nessas áreas. Assim, reforça-se as iniquidades em áreas rurais no que diz respeito ao acesso e acessibilidade aos serviços de proteção.

As populações rurais apresentam vulnerabilidades devido baixo nível de escolaridade, pobreza e carência de políticas sociais básicas, estando associado a menores oportunidades de educação e emprego, falta de transporte público acessível, distanciamento dos centros de atenção e a dificuldades de acesso a serviços de saúde, dependendo de pólos de concentração urbana para atendimento de suas necessidades (SCHWARTZ, 2016; URSINE; PEREIRA; CARNEIRO, 2018). Essas situações carregam limitações às alternativas de vida e perspectivas de futuro, vulnerabilizando as PCD e suas famílias que vivem em contexto rural em condições socioeconômicas (PETERS et al., 2019).

Em relação as dinâmicas das famílias das pessoas com deficiência em áreas rurais, conforme Arruda, Maia e Alves (2018), as famílias de PCD que vivem no rural aprenderam a viver com a baixa renda, os quais acabam economizando em insumos básicos, como estratégia para não faltar alimentos.

Destaca-se os vínculos estabelecidos entre as famílias com vizinhos, amigos e familiares em áreas rurais, os quais funcionam como rede de apoio para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelas famílias de PCD em áreas rurais, constituindo-se como fator de proteção (SILVA, 2021).

A menor densidade populacional permite aos habitantes do rural reduzir o sentimento de solidão causado pelo anonimato da vida metropolitana, melhorando e recuperando as relações familiares, comunitárias e de vizinhança. Ou seja, há um

aumento no sentimento de pertencimento daquele território (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019).

Diante disso, observa-se que há necessidade de proferir visibilidade às PCD que vivem no rural e a sua família, haja visto as dificuldades vivenciadas por essa população para enfrentamento das situações que andam junto do cotidiano de vida em áreas rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir a partir das discussões, que as famílias de pessoas com deficiência que vivem em contexto rural, vivenciam restrições quanto às condições socioeconômicas e de renda e estabelecem vínculos com a comunidade local para enfrentamento das dificuldades em áreas rurais. Nessa direção, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas locais e intersetoriais, que garantam o acesso das PCD à seus direitos e potencializem o espaço rural em um contexto de igualdade e equidade na sociedade.

Por outro lado, esse estudo apresenta limitações a medida em que se observa a escassez de produções que contemplem a temática no meio acadêmico, nos cenários rurais, voltados à produção de cuidados as pessoas com deficiência e suas famílias. Outra limitação infere-se ao distanciamento e dificuldades de acesso às comunidades rurais, que acabam contribuindo para que o rural permaneça na invisibilidade.

Diante do elucidado, reitera-se a necessidade de percorrer novas pesquisas que considerem as singularidades do rural, que abordem os gestores dos serviços de saúde e orientem a inclusão da temática na agenda do sistema, a fim de gerar visibilidade, elaborar e implementar políticas públicas que garantam os direitos dessa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, N. M.; MAIA, A. G.; ALVES, L.C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, e00213816, 2018.

BORTOLOTTO, C. C.; MOLLA, C. L.; RODRIGUES, L. T. Qualidade de vida em adultos de zona rural no Sul do Brasil: estudo de base populacional. *Rev Saude Publica*, São Paulo, v. 52, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da saúde. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, DF, 2011.

CELLA, D.; QUEDA, O.; FERRANTE, V. L. S B. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. *Revista Retratos de Assentamentos*. Vol. 22 N.1 de 2019.

COSTA, M. C. **Determinantes Sociais de Saúde em pessoas com deficiência, família e rede de apoio no cenário rural: múltiplas vulnerabilidades**. 2017. Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, P.J.P.; OLIVEIRA, H.B. Aspectos de saúde e qualidade de vida de residentes em comunidades rurais. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 38, n. 4, p. 913-930, 2014.

LENZ T. C. et al. Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: perspectivas das pessoas com deficiência no contexto rural. *Rev. Enferm. UFSM*, Santa Maria, v. 11, p. 1-21, 2021.

MALTA, D. C. et al. Prevalência autorreferida de deficiência no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Ciência & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3253-3264, 2016.

MAPELLI, L. D. et al. Rede intersetorial para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em contexto de ruralidade. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v. 41, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

OLIVEIRA, A. R. et al. A Atenção Primária à Saúde no contexto rural: visão de enfermeiros. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v. 41, 2020.

PETERS, C.W. *et al.* Conhecimentos, atitudes e práticas em saúde do idoso da zona rural. **Revista de enfermagem UFPE on line**, v. 13, n. 5, p. 1465-1474, 2019.

SILVA, B. N. **Interseções entre qualidade de vida e resiliência em mulheres rurais**: estudo de métodos mistos. 2021. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

SCHWARTZ, E. et al. A vulnerabilidade das famílias rurais do extremo sul do Brasil. **CIAIQ**, Porto, v. 2, p. 722-727, 2016.

SOARES, R.A.S. *et al.* Determinantes Socioambientais e Saúde: o Brasil Rural versus o Brasil Urbano. **Tempus actas de saúde colet**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 221-235, jun., 2015.

TONINI, H. **Direitos e liberdades das pessoas com deficiência em áreas rurais do Rio Grande do Sul**: Vulnerabilidades e desenvolvimento social ampliado. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de Educação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

URSINE, B. L.; PEREIRA, E. L.; CARNEIRO, F. F. The health of people with disability living in rural areas: what do Basic Health Care workers say? **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 109-120, 2018.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

EIXO 1: Dados Sócio-demográficos:

A. Vínculo pessoa com deficiência: _____

B. Sexo: _____

C. Idade: _____

D. Raça: _____

E. Estado Civil: () Casada(o) () separada(o) () União estável () Viúva (o) () Solteira

F. Escolaridade:

() Primeiro grau incompleto () Segundo grau completo

() Primeiro grau completo () Superior completo

() Segundo grau incompleto () Superior incompleto

EIXO 2: Informações sobre o núcleo familiar

A. Quantos membros na família?

B. Quantos residem na mesma casa?

C. Há quanto tempo mora no local?

D. Quantas pessoas da família possuem algum tipo de deficiência?

E. Como foi o processo familiar quando se depararam com a pessoa com deficiência (PCD)?

F. Como é o dia a dia com a PCD?

G. A renda da família é proveniente de quais atividades?

H. A renda é satisfatória, suficiente para suprir todas as necessidades da família?

I. Como a família se organiza em termos financeiros para dar conta das necessidades de todos os membros da família?

EIXO 3: Questões Norteadoras:

A. O que é para você violência?

B. O que é para você violência contra a PCD em áreas rurais?

C. Quais são os tipos de violência contra a PCD que vivem no rural que existem?

D. Você acha que morar no meio rural, faz com que a família e a PCD estejam mais expostos à violência?

E. A família já vivenciou algum tipo de violência por ter uma pessoa com deficiência? Se sim relate.

F. A PCD que reside nesta família já sofreu algum tipo de violência? Ou alguma situação constrangedora na família, na comunidade, no posto de saúde, na escola? Se sim relate

G. Em caso da vivência da violência a quem recorreu? Foi tomada alguma providência?

H. Você gostaria de comentar ou falar mais alguma coisa referente à temática?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do estudo: **SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DE VIDA DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA RESIDENTES EM ÁREA RURAL.**

Pesquisador responsável: Marta Cocco da Costa

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/ Departamento de Ciências da Saúde-Campus Palmeira das Missões – RS.

Telefone para contato: 3742 8945

Local da coleta de dados: Comunidades Rurais de municípios da região norte/noroeste do Rio Grande do Sul, pertencentes à 15ª e 19ª Coordenadorias Regionais de Saúde que apresentam população rural maior que a urbana, perfazendo 8 municípios.

Eu Marta Cocco da Costa, responsável pela pesquisa: Situações de Violência no Cotidiano de Vida das Famílias de Pessoas com Deficiência Residentes em Área Rural, convido-o (a) a participar como voluntário(a) deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende avaliar as situações de violência no cotidiano de vida das famílias de pessoas com deficiência que vivem em área rural.

Acreditamos que ela seja importante porque a pessoa com deficiência que vive no contexto rural, por vezes, vivencia situações de violência que dificultam a experiência de viver a igualdade humana e social plenamente. Além disso, há poucos estudos centrados na produção do cuidado à saúde em cenários rurais e, em particular, com abordagens que considerem as pessoas com deficiência e suas famílias, no sentido de construir estratégias para a efetivação e qualificação das políticas públicas de saúde, mediadas pelos princípios e diretrizes do SUS.

Para sua realização será feito o seguinte: realização de uma entrevista individual à família da pessoa com deficiência e realização de dinâmicas com a família (genograma e ecomapa). Sua participação constará de responder aos questionamentos contidos na entrevista e participar da dinâmica proposta à família.

Esta pesquisa não oferece riscos físicos e psicológicos, no entanto, caso ocorra algum tipo de desconforto em responder à entrevista e participar das dinâmicas, os mesmos serão interrompidos e o pesquisador irá realizar os encaminhamentos necessários aos serviços de saúde municipais que forem pertinentes. Os benefícios que esperamos com o estudo são contribuir para dar visibilidade aos tipos de violência vivenciados pelas famílias de pessoas com deficiência, e a partir disso, haverá possibilidade de buscar a melhoria dos serviços e ações de saúde ofertados a essa população.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pela equipe de pesquisadores e serviços municipais de referência.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

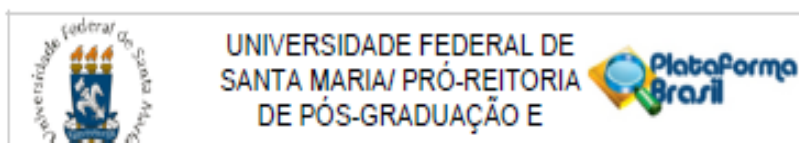
Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

_____, ____ de _____ de 202_.

ANEXO A- PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, FAMÍLIAS E REDE DE APOIO NO CENÁRIO RURAL: múltiplas vulnerabilidades

Pesquisador: Marta Cocco da Costa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69973817.4.0000.5346

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

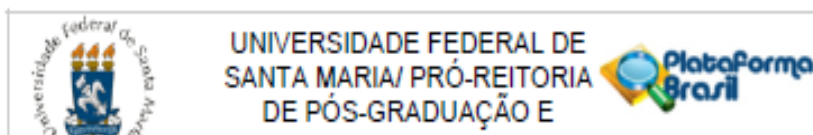
Número do Parecer: 2.208.566

Apresentação do Projeto:

A presente proposta aborda o tema dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) de pessoas com deficiência que residem no contexto rural. O tema da pessoa com deficiência faz parte dos estudos dos grupos de pesquisa das Instituições envolvidas no projeto (UFSM, FURG, UFRGS, IFRS). A partir das experiências e produções dos grupos de pesquisa envolvidos foram identificadas diversas situações de vulnerabilidades individuais, familiares, sociais e programáticas de pessoas com deficiência e suas famílias em cenário rural, o que aponta a necessidade de outros/novos estudos propositivos de políticas públicas direcionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Trata-se de um estudo de abordagem mista, com uma etapa quantitativa e outra qualitativa. O local de estudo compreende os municípios da região norte/noroeste do Rio Grande do Sul, pertencentes a 15ª e a 19ª Coordenadorias Regionais de Saúde que apresentam população rural maior que a urbana, perfazendo 16 municípios. Os participantes da pesquisa serão divididos em dois grupos: o primeiro será constituído pelas pessoas com deficiência e seus familiares residentes em cenário rural, e o segundo grupo compreenderá gestores e profissionais dos serviços que compõem a rede de

Endereço: Av. Itália, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (51)3220-9382 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.208.560

atenção e atendimento à saúde rural dos municípios em estudo.

Na etapa quantitativa será utilizado um questionário estruturado que investigará determinantes sociais de saúde, o qual será aplicado pelos pesquisadores nos domicílios das pessoas com deficiência, residentes no espaço rural dos municípios participantes do estudo e estará direcionado ao familiar mais próximo/cuidador da pessoa com deficiência, maior de 18 anos. A segunda etapa, qualitativa, os dados serão coletados por meio de pesquisa documental, entrevistas, genograma, ecomapa e dinâmica mapa falante. As entrevistas serão feitas pelos pesquisadores nos locais de trabalho dos profissionais de saúde, mediante agendamento.

Para análise será utilizada análise estatística e análise de conteúdo, para cada uma das etapas respectivamente.

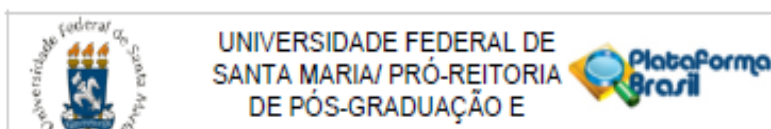
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário: conhecer o cenário em que vive a pessoa com deficiência residente no meio rural dos municípios da área de abrangência da 15ª e da 19ª Coordenadoria Regionais de Saúde do Rio Grande do Sul.

Objetivos secundários:

- Avaliar os determinantes sociais de saúde que envolve o vivido das pessoas com deficiência e suas famílias em cenário rural;
- Analisar as políticas públicas municipais de saúde na dimensão do planejamento e da agenda de ações voltadas às pessoas com deficiências e suas famílias residentes no rural, na perspectiva de gestores e planos locais de saúde;
- Analisar o processo de trabalho das equipes multiprofissionais na atenção a saúde de pessoas com deficiência e suas famílias no cenário rural;
- Identificar e compreender a rede de apoio das famílias de pessoa com deficiência no cenário rural;
- Conhecer e analisar a trajetória e os itinerários terapêuticos percorridos pelas pessoas com deficiências residentes em contextos rurais na busca por serviços de saúde, nos três níveis de complexidade;

Endereço: Av. Itália, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (55)3220-9382 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.208.568

- Conhecer e compreender os significados das violências implicadas no contexto de vida, familiar e social das pessoas com deficiências em cenário rural, na perspectiva dos direitos humanos;
- Construir materiais educativos para os serviços de saúde, a fim de subsidiar as práticas dos profissionais no cuidado a pessoa com deficiência, considerando a singularidade dos contextos rurais;
- Elaborar cartilhas informativas com orientações às pessoas com deficiência e suas famílias que auxiliem no cuidado, além de esclarecer os recursos disponíveis na rede de atenção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados de forma clara e suficiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta adequadamente os documentos obrigatórios.

Recomendações:

Veja no site do CEP - <http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep> - na aba "orientações gerais", modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

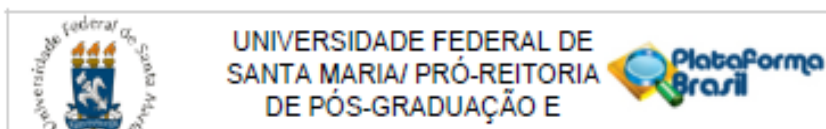
Projeto aprovado em relação aos aspectos éticos em pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE INFORMACOES BASICAS DO PROJETO 939158.pdf	07/08/2017 14:58:15		Acelto
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_Deficiencia.pdf	07/08/2017 14:57:21	Marta Cocco da Costa	Acelto

Endereço: Av. Itália, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (51)3220-9382 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E

Continuação do Parecer: 2.208.568

Justificativa de Ausência	TCLE_Deficiencia.pdf	07/08/2017 14:57:21	Marta Cocco da Costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Gestores_profissionais.pdf	07/08/2017 14:54:57	Marta Cocco da Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_REFORMULADO.pdf	07/08/2017 14:51:35	Marta Cocco da Costa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	acelte_T9.pdf	20/06/2017 09:44:46	Marta Cocco da Costa	Aceito
Outros	registro_GAP.pdf	20/06/2017 09:00:18	Marta Cocco da Costa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	acelte_T5_CRS.pdf	16/06/2017 14:36:55	Marta Cocco da Costa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Confid.pdf	16/06/2017 14:25:04	Marta Cocco da Costa	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	16/06/2017 14:21:15	Marta Cocco da Costa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 09 de Agosto de 2017

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Itália, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
UF: RS Município: SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9382 E-mail: cep.ufsm@gmail.com

NUP: 23081.084696/2022-85

Prioridade: Normal

Ato de entrega de monografia de especialização

144.32 - Trabalho de conclusão de curso. Trabalho final de curso de Pós-Graduação Lato sensu

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
17	Artigo científico de aluno de especialização (144.32)	TCC PPG Gestão Saúde CARMEM.pdf

Assinaturas

18/08/2022 14:50:48

CARMEM LAYANA JADISCHKE BANDEIRA (Aluno de Especialização)
32.10.02.06.0.0 - PG-E Gestão de Organização Pública em Saúde/EAD/Tio Hugo/RS

30/08/2022 00:02:33

GIOVANA DORNELES CALLEGARO HIGASHI (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)
32.18.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UFSM-PM - DCS-UFSM-PM

1960



Código Verificador: 1738846

Código CRC: dc12d2aa

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

